

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP.**

**Ref.: Licitação Nº 73/2020.**

**Processo Administrativo DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020.**

**NGA JARDINÓPOLIS - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 10.556.415/0001-08, situada na Estrada Municipal Jardinópolis, S/N, Sales Oliveira Km 9 Anexo II, Sítio Santo Alexandre- Zona Rural, Jardinópolis – SP, CEP: 14680-000 vem, por seu representante, adiante assinado, na condição de proponente do certame licitatório em epígrafe, tendo adquirido o respectivo Edital de licitação, vem, tempestivamente, oferecer **IMPUGNAÇÃO**, à vista de ilegalidades nele encontradas, fazendo-o com fundamento no 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 e art. 12 do Decreto nº 3.555/00, com base nas seguintes razões fáticas e jurídicas.

## **1. DO FATO**

O Município de Araraquara publicou o chamamento para certame licitatório na modalidade pregão presencial, tipo "*menor preço do lote*", cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a "*prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes a, b e e, por um período de 12 (doze) meses*", conforme instrumento editalício.

## **2. DA TEMPESTIVIDADE**

Consoante disposto no item "17.5", as impugnações ao edital devem ser protocoladas até o segundo dia útil que antecede a data da sessão pública em que se dará a abertura dos envelopes de habilitação, admitindo-se o seu protocolo via e-mail.

Nesse diapasão, assinale-se, desde logo, a tempestividade da presente impugnação, porquanto aviada dentro do prazo fixado no edital, assim como efetivada em consonância com o disposto no art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 e art. 12 do Decreto nº 3.555/00.

Incontestável, como visto, o direito ao conhecimento da vertente impugnação, assim como à obtenção de decisão administrativa fundamentada (arts. 5º, XXIV, "a", LIV, LV, e 93, IX e X, da CF/88) acerca das questões anunciadas a seguir.

### **3. SUBMISSÃO DO ATO CONVOCATÓRIO À LEI.**

Como é cediço, o edital é a lei interna das licitações. É ele quem dita as normas que regem o certame, devendo os licitantes e a Administração, em homenagem ao princípio da vinculação aos seus termos, respeitá-lo, fielmente.

Nada obstante, deve ele guardar observância ao quanto disposto na legislação, principalmente às normas positivas que lhe são específicas e diretamente aplicáveis, sob pena de invalidade.

Mesmo nas hipóteses em que remanesce alguma discricionariedade para o Administrador, na elaboração de cláusulas editalícias, há a necessidade de respeito à lei, devendo seus atos ser fartamente motivados, para que não incorram em desvio de finalidade.

Com enorme propriedade, os eminentes administrativistas Adilson Abreu Dallari e Jessé Torres Pereira Júnior esboçam, precisamente, o aspecto, sem dúvida, relevante, da posição hierárquica do Edital, no ordenamento jurídico, jungido, como todo e qualquer ato administrativo, ao predisposto na lei. É o Princípio da Legalidade que, em tópico próprio, será abordado. Assim, manifestam-se, respectivamente, *verbis*:

*"Colocada a questão fundamental com relação ao instrumento de abertura, vamos agora examinar alguns aspectos do conteúdo desse documento que, à primeira vista, podem parecer irrelevantes, mas que, na verdade, são fundamentais para as fases subsequentes.*

*A primeira questão a salientar é a da situação hierárquica das normas contidas no edital. Foi afirmado que os seus dispositivos constituem lei interna da licitação. Mas é preciso que se diga que o edital não é um documento hermético, isto é, desvinculado do sistema normativo e capaz de criar direitos e obrigações para efeitos internos, dentro do procedimento licitatório, sem qualquer vinculação com o mundo jurídico. Ora, o edital, como ato administrativo que é, está subordinado a todas as normas que condicionam os atos administrativos em geral. Assim sendo, seus dispositivos não podem contrariar as normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.*

*Com muito maior razão, não podem as normas constantes do instrumento de abertura da licitação contrariar as disposições e os princípios constitucionais aplicáveis à espécie, nem mesmo os princípios específicos, definidores do instituto." (ASPECTOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO, Saraiva, 1992, à pág.77)*

*"Como todo ato administrativo, o edital encontra na lei os limites da discricionariedade com que a Administração pode elaborá-lo, em homenagem ao princípio da legalidade. Vero é que a Administração pode alinhar no edital as exigências e condições que reputar adequadas ao objeto da licitação e ao resguardo do interesse público, porém desde que não contravenham à lei. Têm decidido os Tribunais que é nulo o edital elaborado sem observância de prescrições legais.*

*O edital aperfeiçoa-se (isto é, completa seu ciclo de formação) com a presença dos elementos que constituem a estrutura nuclear do ato administrativo (competência, forma, objeto, motivo e finalidade) e está sujeito aos modos de desfazimento próprios deste, seja em razão de conveniência ou oportunidade (revogação) ou por vício de legalidade que vulnere qualquer daqueles elementos (anulação), com os efeitos jurídicos que se examinarão adiante. É a aplicação do princípio da autotutela consagrado no verbete 473, da Súmula do Supremo Tribunal Federal, sintetizado no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e no art. 80 da vigente Constituição do Estado do Rio de Janeiro (A Administração Pública tem o dever de anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como a faculdade de revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados neste caso os direitos adquiridos, além de observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal).*

*(c) para que o edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes, necessário é que todas as suas cláusulas e condições conformem-se aos princípios regentes da matéria e à lei, seguindo-se que o edital não é peça intangível, ao inteiro alvedrio da Administração. (COMENTÁRIOS À NOVA LEI DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS, Renovar/93, pág.207)*

Na hipótese sob estudo, o Edital mostra-se incompatibilizado com expressas disposições da Lei 8.666/93, bem assim com preceitos enunciativos de princípios atinentes à licitação – enquanto procedimento administrativo que objetiva número expressivo de acorrentes e a outorga de tratamento igualitário aos interessados e direcionados à satisfação do interesse público.

Tais ilegalidades acabam por ir de encontro ao Princípio da Eficiência, acarretando consequências contrárias ao direcionamento do interesse público, o que não pode ser cancelado.

#### **4. DOS FATOS E VÍCIOS QUE EIVAM O EDITAL IMPUGNADO.**

O Município de Araraquara lançou o Edital de licitação, ora impugnado, para identificação de proposta mais vantajosa para Administração Pública, cujo objeto versa sobre a contratação de empresa para a "prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes a, b e e, por um período de 12 (doze) meses."

Ocorre que o referido ato contém, objetivamente, graves irregularidades, data vênua, caracterizadoras de **vícios de ilegalidade insanáveis, que impedem o prosseguimento do processo licitatório**, a saber:

- I. Vedação irrazoável à subcontratação parcial do objeto licitado;
- II. Da ausência de requisitos essenciais para comprovação da qualificação técnica operacional dos licitantes;
- III. Da ausência de fixação de encargos moratórios para hipótese de inadimplemento parcial da administração pública;
- IV. Da exigência ilegal da comprovação de capacidade técnica operacional;

Tais irregularidades, por imperativo, devem ser escoimadas do Edital, sob pena de inominável burla à lei. É o que se espera venha a acontecer, conforme restará demonstrado a seguir.

#### **5. DA VEDAÇÃO IRRAZOÁVEL À SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO LICITADO PELA LICITANTE VENCEDORA.**

Através do Item 13.5 do edital, e das Cláusulas 3.5 e 8.4 da minuta de contrato, determinou-se a absoluta vedação à subcontratação do objeto licitado pela Contratada. Veja-se:

13.5 – O objeto desta licitação, só poderá ser efetuado pela licitante que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. Também não será admitida subcontratação.

3.5 – O objeto deste contrato, só poderá ser efetuado pela Contratada que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. Também não será admitida subcontratação.

8.4 – A Contratada não poderá transferir a terceiros as obrigações e incumbências do Contrato. **TAMBÉM NÃO SERÁ AUTORIZADA A SUBCONTRATAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DESSE CONTRATO.**

Sucedendo que, a referida proibição está em dissonância com o atual entendimento do TCU, que admite a subcontratação parcial do objeto licitado, bastando que seus limites sejam fixados pelo Contratante.

Com efeito, merece transcrição o entendimento exarado pela Primeira Câmara do TCU, no Acórdão nº 14193/2018, *in verbis*:

“Enunciado:

**A subcontratação do objeto é admitida apenas parcialmente**, desde que motivada sob a ótica do interesse público e com os seus limites devidamente fixados pelo contratante, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato."

Impende destacar que a permissão do uso desse instituto jurídico está prevista no art. 72 da Lei 8.666/93 e **constitui uma das formas de fomentar a competitividade do certame e, por conseguinte, obter propostas mais vantajosas**, isto porque o objeto do edital impugnado reúne a contratação de vários serviços, de modo que a possibilidade de subcontratação parcial permite que mais empresas do ramo consigam acorrer ao certame.

Com efeito, a vedação de subcontratação revela a inviabilidade técnico-econômica para a execução integral do objeto licitado por apenas uma empresa, especialmente porque, como visto, além de proibir a subcontratação, o edital também não previu a possibilidade de participação de consórcios.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento firmado pela 2ª Câmara do TCU, no Acórdão 6189/2019, *literis*:

Enunciado

É vedada a subcontratação integral em contratos administrativos, **sendo possível a subcontratação parcial quando não se mostrar viável, sob a ótica técnico-econômica, a execução integral do objeto por parte da contratada** e desde que tenha havido autorização formal do contratante.

Dessa forma, o edital apenas atrairá como concorrentes empresas extremamente especializadas em todos os serviços que compõem objeto, o que restringirá o número de competidores e a apresentação de propostas mais onerosas.

Desse modo, o impedimento à subcontratação, prevista no edital, ora impugnado, constitui **vedação desarrazoada** e incompatível com os principais objetivos do processo licitatório: a tutela do interesse público, a garantia do princípio da eficiência e a garantia da ampla competição. Isso porque, esta proibição impacta diretamente na composição de propostas pelos licitantes e, por consequência, limita o número de participantes aptos à habilitação no certame.

Destarte, a Impugnante solicita a retificação do item 13.5 do edital, bem como das cláusulas 3.5 e 8.4 da minuta de contrato, a fim de que conste expressa autorização à subcontratação parcial do objeto licitado, desde que respeitado o limite estabelecido pela Administração Pública e demonstrado o atendimento aos pré-requisitos acima indicados.

## **6. DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS ESSENCIAIS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL.**

Conforme cedição, há uma série de características que devem ser observadas pelo órgão licitante quando o objeto licitado versar sobre os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos derivados do serviço de saúde (RSS), de modo a fazer constar nos editais a necessidade das empresas licitantes comprovarem que estão aptas para, efetivamente, prestar os referidos serviços.

Nesse sentido, analisando o edital ora impugnado, verifica-se a **ausência de inúmeras exigências comumente feitas em licitações que possuem o mesmo objeto**. Quais sejam:

- a) Comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) Comprovar que possui Licença de Transporte para Resíduos de Serviços de Saúde, dos Grupos A, B e E, conforme Resolução CONAMA 222/18 pelo órgão ambiental competente;
- c) Comprovar que possui a Licença de Operação para Tratamento Térmico de Serviços da Saúde, dos Grupos A, B e E e descaracterização de acordo com a Resolução CONAMA 222/18 emitida pelo órgão ambiental competente;
- d) Apresentação do certificado de curso MOPP dos motoristas;
- e) Certificado ou Registro da Empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais e cadastro Técnico federal de atividades e instrumentos de Defesa Ambiental - CTF / AIDA, emitidos pelo IBAMA
- f) CIV e CIPP do INMETRO - Certificado de inspeção veicular / transporte de produtos perigosos.
- g) Documento que comprove que a empresa possui em seus veículos utilizados nos serviços de Coleta e Transporte equipamentos de rastreamento de veículo e tacógrafos;
- h) Teste de fumaça preta por avaliador de opacidade, do veículo utilizado nos serviços de coleta e transporte de resíduo de saúde;
- i) Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico;
- j) Apresentação do PPRA com ART do Responsável técnico pelo documento;

- k) AVCB - Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros em nome da licitante;
- l) Alvará de funcionamento expedido pela municipalidade;
- m) CADRI – Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, emitido pela CETESB.

Sem as referidas exigências, que dizem respeito às autorizações legais para prestação do serviço a ser contratado, **o Município de Araraquara assumirá o risco** de uma **contratação ineficiente e incapaz** de atender ao interesse público.

Inicialmente, necessário destacar a completa omissão do edital quanto à exigência de **comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e seus responsáveis na entidade profissional competente**. A referida omissão traduz inegável ofensa ao art. 30, I da Lei 8.666/93 e necessita de imediato reparo em atenção ao princípio da legalidade.

Relativamente a importância de apresentação de **licenças ambientais** de operação e transporte, cumpre destacar a Resolução 222/2018 da ANVISA:

Art. 6º No PGRSS, o gerador de RSS deve:

XI - apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e da licença ambiental das empresas prestadoras de serviços para a destinação dos RSS;

É imprescindível para o serviço gerador de RSS contratar empresas legalizadas que prestam serviços de coleta e destinação dos RSS. A lei 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como a Lei de Crimes Ambientais, são claras quando dizem que o gerador é responsável pelo resíduo desde a geração à disposição final.

Nessas circunstâncias, considerando que o gerador do RSS é o próprio Município de Araraquara, revela-se necessária a exigência das licenças ambientais pertinentes, sob pena de o Poder Público contratar empresa não capacitada para prestar o serviço e, futuramente, resultar na responsabilização administrativa, civil e criminal do gestor público.

Ademais, a **comprovação de certificado de curso MOPP dos motoristas** é condição *sine qua non* para prestação do serviço ora licitado. Explica-se: o objeto do certame prevê a contratação de empresa especializada para o transporte de RSS (resíduos contaminantes), que possuem natureza perigosa.

O MOPP é um curso especializado para transporte de produtos perigosos e tem a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de transporte de produtos perigosos.

É dizer, se os motoristas da contratada não tiverem realizado o curso MOPP, a empresa será impedida de realizar o transporte do resíduo, ocasionando prejuízo ao Município de Araraquara e à sua população.

No que diz respeito ao **Certificado da Empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais**, emitido pelo IBAMA, tem-se que o mesmo é de extrema importância para demonstrar a regularidade ambiental da empresa.

O supracitado certificado corresponde ao registro obrigatório de pessoas jurídicas que realizam atividades passíveis de controle ambiental, listadas em razão de lei ou regulamento, conforme a Política Nacional de Meio Ambiente.

No caso em tela, considerando o alto poder contaminante dos resíduos derivados do serviço de saúde, é imperioso o controle e fiscalização exercido pelo IBAMA, motivo pelo qual se faz necessário exigir que a empresa licitante comprove possuir o referido certificado.

Noutro giro, faz-se necessário, ainda, incluir no edital a exigência de **CIV e CIPP do INMETRO**. Isto porque, esses certificados são uns dos itens mais importantes, e consequentemente muito fiscalizados, pois os mesmos atestam as condições operacionais de segurança dos veículos e dos equipamentos que realizam o transporte de cargas perigosos, como é o caso do RSS.

A obrigatoriedade destes dois certificados está prevista no artigo 11 do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – RTPP (Resolução ANTT nº 5.848/2019):

“Art. 11. Os veículos e equipamentos de transporte de produtos perigosos a granel devem ser certificados e/ou inspecionados, conforme detalhamento a seguir:

I. os equipamentos de transporte de produtos perigosos a granel devem ser certificados por Organismos de Certificação de Produtos OCP acreditados pelo Inmetro para a emissão do Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos CTPP; e

II. os veículos e os equipamentos de transporte de produtos perigosos a granel devem ser inspecionados por Organismos de Inspeção Acreditados OIA acreditados pelo Inmetro para a emissão do Certificado de Inspeção Veicular CIV e do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos CIPP, respectivamente.”

Portanto, a inclusão do CIV e CIPP do INMETRO é medida que se impõe.



Já em relação ao **Teste de fumaça preta por avaliador de opacidade do veículo utilizado nos serviços de coleta e transporte de resíduo de saúde**, trata-se de medida exigida pelos órgãos de fiscalização.

A fiscalização da emissão excessiva de fumaça preta, oriunda dos veículos automotores a óleo diesel, resume-se ao procedimento de medição do nível de opacidade que se aplica a todos os veículos automotores do ciclo diesel.

Dessa forma, para garantir que a empresa contratada possui uma frota de veículos capaz de prestar o serviço licitado, deve ser incluída a referida exigência.

O edital também se absteve de exigir das licitantes a **Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico**.

O art. 101 da Lei estadual no 9.433/05, prevê que para fins de prova de qualificação técnica, a licitante deve comprovar que dispõe das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência. Contudo, em evidente contradição, o edital ora impugnado não impôs a referida exigência.

No que diz respeito à não previsão de **exigência de apresentação do PPRA**, depreende-se que essa questão precisa ser revista, nos termos das normas legais.

A NR 09 traz disposições acerca do PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA), que visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Outrossim, além de não ter exigido a apresentação de alvará de funcionamento, o edital não previu a necessidade de a licitante comprovar que possui **AVCB expedido pelo Corpo de Bombeiros** em nome da licitante.

O AVCB consiste no Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Trata-se de um documento que atesta a vistoria realizada no local em relação à conformidade com as regras de segurança e prevenção de incêndios.

Da mesma forma, revela-se importante a exigência **alvará de funcionamento**, documento capaz de comprovar que a empresa está apta e autorizada a exercer suas atividades de negócio em um determinado local.

O CADRI, por sua vez, consiste no Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, que autoriza o encaminhamento desta categoria de resíduos para locais de reprocessamento, armazenamento,

tratamento ou disposição final, licenciados ou autorizados pela CETESB. Através dele, garante-se a correta destinação final de resíduos prejudiciais ao meio ambiente, imprescindível para o caso em apreço.

Diante do exposto, a inclusão dos supracitados itens no edital se trata de medida essencial para garantir ao Poder Público uma contratação mais eficiente.

## **7. DA AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS PARA HIPÓTESE DE INADIMPLEMENTO PARCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Após análise da minuta do contrato administrativo, verifica-se a omissão quanto a incidência de encargos moratórios, acaso ocorra inadimplemento por parte da Administração Pública, no curso da vigência do contrato. Como restará demonstrado, a manutenção desta irregularidade implicará em desequilíbrio contratual, bem como violação aos princípios comezinhos que norteiam o procedimento licitatório.

Esta omissão constitui violação ao princípio da legalidade, haja vista que o art. 37, XXI da CF, prevê o direito de os Contratados receberem os pagamentos correspondentes aos serviços prestados ao Estado, sob pena de recebimento do valor corrigido, se constatado o atraso em tal adimplemento. Também lhe será assegurada correção monetária do valor das parcelas inadimplidas, tendo em vista a desvalorização da moeda.

Não obstante, a ausência de tal previsão também viola o princípio da moralidade, ante a **vedação ao enriquecimento ilícito da Administração Pública, em detrimento de seus Contratados**. Ademais, ainda infringe o princípio da efetividade e eficiência, pois, a longo prazo, este desequilíbrio pode tornar a prestação de serviço inviável.

Em atenção aos princípios da boa-fé objetiva, espera-se que ambas os contratantes cumpram as suas obrigações de forma integral e pontual. Contudo, é possível que situações adversas ocorram ao longo da execução do contrato, impedindo o adimplemento das obrigações, quer seja pela Contratada ou pelo Contratante.

Justamente para manter o equilíbrio contratual em casos tais, o art. 55, III da Lei 8.666 – cuja aplicação subsidiária ao caso em apreço ora se requer – institui que os critérios de correção monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, **constituem cláusula necessária em todo contrato administrativo**.

Desse modo, em prol dos princípios da legalidade, moralidade, efetividade e segurança jurídica, é de mister importância que a irregularidade, ora apontada, seja sanada, com a conseguinte previsão de incidência de encargos moratórios, acaso verificado descumprimento contratual pela Administração Pública, em atenção ao art. 37, XXI da CF e art. 55, III da Lei 8.666/93.

## 8. DA EXIGÊNCIA ILEGAL PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL.

O edital exigiu das licitantes, no item IV, "a", para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação de atestado técnico em relação às seguintes parcelas do objeto:

- ✓ Prestação de Serviços de Transbordo, Transporte e Tratamento e Disposição Final de RSS grupos "A" e "E" num quantitativo de 180 (cento e oitenta) toneladas;
- ✓ Prestação de Serviços de Transbordo, Transporte, Tratamento e Disposição Final de RSS grupo "B" num quantitativo de 6 (seis) toneladas.

Contudo, consoante restará demonstrado, a supracitada exigência não está em consonância com a jurisprudência pátria.

A Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU é uníssona quanto à necessidade de apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis em características com objeto licitado para demonstração da capacidade técnica do licitante.

Com efeito, a exigência de **comprovação da qualificação técnica operacional deve se limitar às parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo** do objeto a ser contratado, Confira-se:

"Súmula nº 263/2011TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado". (Destacamos)

No entanto, no caso em tela, conforme já destacado, o edital exigiu comprovação de capacidade técnica para o serviço de transbordo, o qual não corresponde, simultaneamente, à serviço de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado.

Em verdade, a atividade de transbordo resume-se apenas ao traslado do resíduo de um veículo coletor a outro veículo com capacidade de carga maior, tipo carretas e caminhão *roll on roll off*. Este segundo veículo, de maior porte, é o que transporta o lixo até o seu destino final.

As instalações de instalações podem resumir-se a uma simples plataforma elevada, dotada de uma rampa de acesso, não havendo qualquer complexidade, nem maiores custos com esse tipo de serviço, conforme se extrai do Termo de Referência.

Dessa forma, por não corresponder, simultaneamente, à serviço de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, o edital deve se abster de exigir atestado técnico para esse serviço.

## 9. DA CONCLUSÃO


Ante o exposto, na salvaguarda dos seus interesses, a Impugnante pede e espera seja a presente Impugnação recebida, conhecida e julgada totalmente procedente, afastando-se do texto do Edital, Termo de Referência e seus anexos as ilegalidades e contradições ora apontadas, restaurando-se o império da lei e do Estado Democrático de Direito.

Como decorrência lógica e legal do imperioso afastamento das ilegalidades ora destacadas, deverá ser republicado o edital de licitação ora impugnado, observando-se o prazo previsto em lei.

Requer, ademais, seja a presente recebida no efeito suspensivo, sobrestando-se a continuidade do certame, inclusive da assentada designada para recebimento dos documentos de habilitação e propostas.

Nesses termos,  
Pede deferimento

Araraquara/SP, 19 de outubro de 2020.

DocuSigned by:  
  
B3DDB7B554DD42E...

**NGA JARDINÓPOLIS - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA.**

Tiago Camargo de Oliveira  
Procurador



## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP  
Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595  
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0  
[www.daaeararaquara.com.br](http://www.daaeararaquara.com.br)



### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020 EDITAL Nº 084/2020 PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

#### **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Empresa: NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA.

CNPJ/MF nº 10.556.415/0001-08

Estrada Municipal Jardinópolis, s/n, Sales Oliveira KM 9, Anexo II, Sítio

Alexandre, Zona Rural

CEP: 14.680-000 – Jardinópolis -SP

#### **DA IMPUGNAÇÃO**

A empresa impugnante, NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA., insurge-se contra as regras editalícias alegando em síntese: i) vedação irrazoável à subcontratação parcial do objeto licitado; ii) ausência de requisitos essenciais para comprovação da qualificação técnica operacional dos licitantes; iii) ausência de fixação de encargos moratórios para hipótese de inadimplemento parcial da administração pública; e iv) exigência ilegal da comprovação da capacidade técnica operacional.

Com relação a subcontratação parcial do objeto licitado, entendo que razão assiste a impugnante, pois dada a complexidade da execução dos serviços, objeto desta licitação, é razoável permitir que a licitante contratada execute o tratamento e a disposição em locais devidamente licenciados, mesmo que sejam de outra empresa. Devendo, no entanto, persistir a responsabilidade da contrata sobre a totalidade da execução dos serviços.

Assim necessária se faz a correção do edital com relação a este tópico.

No tocante aos requisitos de qualificação técnica que as empresas licitantes deverão comprovar, os mesmos encontram-se devidamente descrito no termo de referência que integra o edital e o futuro contrato. E, deverá ser comprovado apenas pela empresa detentora da melhor proposta, vencedora do certame.

Quanto aos encargos moratórios decorrente da inadimplência da administração pública, mesmo que parcial, os mesmos encontram-se devidamente estabelecidos no § 16.10, do item 16 (Das Condições de Pagamento), do Instrumento Convocatório.

Destarte, com relação a este tópico, entendo não assistir razão ao reclamo da empresa impugnante.

Com referência a exigência da comprovação da capacidade técnica das empresas licitantes, o apontamento da empresa impugnante merece acolhida, devendo ser retificado, para constar consignado que a parcela de maior relevância na execução contratual é a prestação de serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final os resíduos de serviços de saúde dos grupos “A” e “E”.

Por todo o exposto, após análise da argumentação contida na impugnação oferecida pela empresa NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA., recomendo a Vossa Senhoria conhecer da impugnação por ser tempestiva e no mérito acolhê-la parcialmente, alterando-se, conforme manifestação retro e acima, os parágrafos, itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Assim, diante das alterações editalícias ora recomendadas deve ser designada nova data para recebimento das propostas.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2020



**Eduardo Corrêa Sampaio**

**Matrícula nº 971**

**Pregoeiro**



## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

[www.daaeararaquara.com.br](http://www.daaeararaquara.com.br)



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020**  
**EDITAL Nº 084/2020**  
**PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

**IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Empresa: NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA.

CNPJ/MF nº 10.556.415/0001-08

Estrada Municipal Jardinópolis, s/n, Sales Oliveira KM 9, Anexo II, Sítio

Alexandre, Zona Rural

CEP: 14.680-000 – Jardinópolis -SP

**DECISÃO**

Conheço da impugnação do edital oferecida pela empresa NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA. por ser tempestiva, e no mérito dou-lhe parcial provimento para determinar a retificação do edital, conforme relatório do Pregoeiro, mantendo inalterados os demais itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2.020

  
**Donizete Simioni**  
**Superintendente**



